

REGRESSO À ESCOLA

A escola entalada entre o ensino e os efeitos da crise

Fecharam escolas, cresceram os mega-agrupamentos, alteraram-se os currículos e subiu o número de alunos por turma. Mas são principalmente as consequências do desemprego e da austeridade que concentram as atenções de professores e de pais

Graça Barbosa Ribeiro

No momento em que as escolas abrem portas para receber os alunos - a partir de amanhã e durante toda a semana -, os professores ainda estarão a tomar contacto com as consequências de inúmeras alterações legislativas. Essa não é, contudo, a maior preocupação dos representantes das duas confederações de associações de pais. Ontem, tanto Albino Almeida como Rui Martins manifestaram-se principalmente apreensivos com a forma como a crise, “que afecta todas as famílias”, se vai reflectir no ano escolar.

Rui Martins, o presidente da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE), sabe “que as crianças transportam para a escola todos os problemas, todas as carências, todas as angústias que vivem nas suas casas”. Sabe-o como professor e considera que os docentes têm, também, a obrigação de estar atentos e de apoiar os respectivos alunos. Como pai, no entanto, tem também a outra perspectiva, neste caso “uma noção muito clara de que, este ano, mais do que nunca, muitas crianças vão precisar de ajuda”. “A crise está a alastrar a todas as famílias, sem olhar a classes sociais, o que torna especialmente grave o desinvestimento na Educação”, critica.

Rui Martins faz questão de expor a situação pessoal: a mulher, professora, está desempregada, o que contribuiu para a decisão, tomada há um mês, de pôr um dos dois carros da família à venda. Há

dois anos que não vai jantar fora, há dois anos que opta pelas marcas brancas e há meses que começou a contar o número de pães que põe na mesa e que enfrenta atrasos pontuais no pagamento das prestações da casa, enumera. Para concluir: “Como é que sobrevivem as famílias em que os dois membros do casal estão desempregados ou em que os rendimentos são ainda mais baixos do que os meus?”

A preocupação é partilhada pela Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), que, através de Albino Almeida, o presidente, anunciou que vai exigir, junto do Governo, efectivos apoios sociais que garantam que todas as crianças têm acesso a manuais escolares, transportes e refeições. Ainda assim, pode não ser suficiente, admite, dizendo crer que, “devido às novas medidas de austeridade, as famílias vão ter dificuldades ainda mais sérias em manter os filhos nas escolas”.

A consciência de que o momento é invulgar não é exclusiva dos pais. L., um dos docentes que participou numa iniciativa convocada pela Federação Nacional de Professores (Fenprof) junto dos centros de emprego, na segunda-feira, conta como foi invadido “por uma tremenda sensação de impotência”. Estava ali para denunciar o “maior despedimento colectivo de sempre na escola pública”, dois dias após o concurso a que se candidataram 51 mil docentes sem vínculo à função pública e que resultou na contratação de apenas 7600, menos 5147 do que há um ano. “No entanto bastou-me percorrer a fila para perceber que ela era formada por gente com as mais diversas profissões. Pensei: ‘O que

é que vou dizer a estas pessoas?”

“É difícil sensibilizar a opinião pública para os problemas que afectam os professores e as escolas quando as dificuldades são generalizadas”, confirma César Israel Paulo, promotor do movimento da luta pela vinculação dos “contratados”. Mas isso não quer dizer, têm sublinhado os sindicalistas, que os docentes - os que ficaram por colocar e os que vão dar aulas - não tenham razões para estar insatisfeitos.

Recorrendo a uma expressão normalmente usada no futebol para criticar quem não conhece o terreno, Mário Nogueira sugeriu que Nuno Crato sentisse “o cheiro da sala de professores”, para perceber que o “clima não é bom”. Arlindo Ferreira, um dos dirigentes da Federação Nacional de Educação (FNE) e autor do *Blog DeAr Lindo*, tem a mesma sensação: “Há demasiadas coisas que não se compreendem e, principalmente, demasiadas medidas que, em vez de melhorarem, prejudicam, e seriamente, o sistema educativo.”

Trabalhar e não trabalhar

Miguel Saturnino, professor de Filosofia na Escola Secundária de Montemor-o-Velho, com 57 anos de idade e 28 de serviço, lamenta precisamente “a completa ausência de lógica das medidas tomadas pelo Governo” e “a situação absurda” que se criou nas escolas com os “horários-zero”. É um dos milhares de professores do quadro que as políticas de emagrecimento de recursos humanos deixaram com salário, dentro das escolas, mas sem actividade lectiva. “Vejo os meus colegas cheios de trabalho e não posso ajudá-los. Isto faz sentido?”, protesta.

A redução do número de professores nas escolas resultou de inúmeros factores, entre os quais o encerramento dos estabelecimentos do 1.º ciclo, o desaparecimento das áreas não disciplinares do currículo dos estudantes, a criação dos mega-agrupamentos e o aumento do número de alunos por turma. Para além de provocarem a dispensa dos contratados e dos chamados horários-zero, aquelas decisões contribuíram para a degradação das condições de trabalho dos que vão ficar a dar aulas, diz Israel Paulo.

Refere o caso de um colega que no ano passado leccionava Educação Visual e Tecnológica (uma disciplina que funcionava com dois docentes e agora foi dividida em duas, cada uma com carga horária reduzida). Vai dar aulas a dez turmas. Se cada uma delas tiver 30 alunos, ensinará 300 crianças. Com uma agravante: trabalha num mega-agrupamento, pelo que dará aulas em duas escolas numa zona em que as distâncias não se medem em quilómetros, mas em tempo, por o terreno ser acidentado e as estradas perigosas.

Docentes de disciplinas como, por exemplo, Geografia (com um bloco único de 90 minutos por semana e por turma) podem viver situações semelhantes, que se agravarão no momento de corrigir 300 testes ou 300 trabalhos de casa. E de forma mais ou menos acentuada, estas alterações afectam todos os docentes. Israel Paulo admite que estes venham a ter menos disponibilidade para os alunos, por “puro esgotamento físico”. “Este ano, mais professores vão acabar por recorrer a atestados médicos e a substituições”, prevê.





No início do ano lectivo os professores não serão confrontados com os efeitos de várias alterações legislativas

Tantas mudanças são boas para a educação?



Opinião
Veiga Simão

Reformas educativas e mudanças orgânicas ou curriculares obedecem a desígnios diferentes, muito embora umas e outras se devam articular com uma visão estratégica para o desenvolvimento social, cultural e económico do país, integrada no desafio da globalização e com consequências na internacionalização das instituições e consequentemente da escola. Essas reformas ou mudanças só poderão ter sucesso se forem explicadas e analisadas em função dos objectivos a atingir, de modo a serem mobilizadoras dos professores, das famílias e das comunidades e, simultaneamente, compreendidas pelos alunos, tendo em atenção a sua maturidade e capacidade participativa.

Ora os portugueses, após 26 anos de integração europeia, de abundância de dinheiros comunitários e dos colhidos pela administração pública através de agravamentos sucessivos de impostos, vivem tempos de crise com dimensão ignorada e o país, qual navio sem rumo, traz consigo uma carga de austeridade que, sendo necessária, apresenta “buracos negros” que ferem a equidade e põem em causa a coesão social dos portugueses. Os efeitos dessa crise na vida das escolas e no ensino das crianças e dos jovens podem ser devastadores, pondo em causa quaisquer mudanças, marcando gerações. Seria trágico que mudanças circunstanciais pusessem em causa o direito à educação, o acesso à escola e à acção social escolar, a qual tem de “em crise” assumir formas mais actantes e de proximidade.

As mudanças, sejam elas quais forem, devem apostar na criação do conhecimento e na

sua transformação em tempo útil em bens e serviços culturais e económicos. É que, no dizer de Einstein, quem não faz as coisas a tempo está perdido. Ora se na criação de conhecimento na escola e na universidade (em termos latos) temos dado passos meritórios, ocupando um dos dez primeiros lugares da União Europeia dos 27, na sua transformação ocupamos um dos últimos lugares. Estão em causa mudanças na escola devidamente seleccionadas, privilegiando a qualidade da qualificação dos portugueses.

A operacionalização dessas mudanças conducentes ao saber, ao saber pensar, ao saber fazer e ao fazer – mais propriamente ao culto dos valores de Italo Calvino para o presente milénio –, ao cultivarem o rigor e a exigência, direi mesmo ao combaterem o facilitismo degradante, não podem conviver com quebras de compromissos em áreas decisivas, como o fomento da qualidade, da inovação e do empreendedorismo. Assim é necessário preservar ou melhorar *ratios* condignos de professor/alunos; apoiar equipas multidisciplinares que combatam a chaga do abandono escolar; fortalecer a igualdade do “*status social*” entre o ensino humanístico, científico e tecnológico e o ensino técnico-profissional, tão nobre como qualquer outro, diferenciando-os pela diversidade curricular, pelas metodologias utilizadas, pelo recrutamento de professores qualificados no ensino experimental e na observação científica e cultural e pelo grau de interacção entre

a escola e o meio exterior. É essencial que a reorganização da rede escolar seja integrada numa estratégia global do desenvolvimento regional, o que obriga a simultaneamente incluir as redes de saúde, da justiça, da administração local, do tecido empresarial existente e prospectivo (agricultura, indústria e serviços), sob pena de sermos cúmplices de uma desertificação sem retorno do interior. A racionalização de meios logísticos, de recursos humanos e financeiros e o acesso a estruturas de qualidade não podem obedecer exclusivamente a ditames económicos parciais com o argumento dos dias de hoje em que *big is competitive* contra a cultura do *small is beautiful* de ontem. A problemática da gestão de agrupamentos escolares compatibilizando a eficácia com a proximidade é uma questão decisiva.

As avaliações serenas e respeitadas do desempenho dos alunos, dos professores, das escolas e da interacção destas com a comunidade são naturais e imprescindíveis, sendo certo que a auto-avaliação deve fazer emergir a identidade da escola, e a avaliação externa promovida por uma agência independente de peritos representa um acto de reconhecimento do trabalho e do mérito. Os exames aos alunos e os concursos de professores devem ser instrumentos de uma justa igualdade de oportunidades, facto de que o meu percurso de vida é testemunha.

Não sei quantas mudanças estão neste momento em curso simultâneo nas escolas, mas é imperioso que não se atropelam umas às outras e tenham em conta o ambiente social da crise em que vivemos e o drama da futura empregabilidade. A criatividade, a ética e a solidariedade são valores a transmitir e cultivar.

Malgrado as vicissitudes, mantenho a esperança de que os responsáveis pela educação e formação cultivem o diálogo da criação: o da verdadeira mudança. *Professor universitário jubilado. Ex-ministro da Educação*



Os efeitos da crise na vida das escolas e no ensino podem ser devastadores



REGRESSO À ESCOLA

O que vai mudar no novo ano lectivo

Educação Física sem peso no acesso ao superior

Para os alunos que em 2012/2013 estão no 10.º ano de escolaridade, a classificação na disciplina de Educação Física já não conta para o apuramento da média final do ensino secundário (a não ser que os estudantes queiram prosseguir estudos naquela área específica). Isto significa que a nota continua a ser considerada para a conclusão do secundário, mas deixa de pesar na classificação com que a maioria se candidata ao ensino superior. A medida corresponde ao desejo da Confederação Nacional das Associações de Pais, mas é encarada como "um tremendo retrocesso" pelo Conselho Nacional de Associações de Professores e Profissionais de Educação Física. Para os alunos matriculados no 11.º e 12.º anos ainda vigora o regime anterior.

Escolaridade obrigatória até ao 12.º ano

Esta semana chega ao 10.º ano a primeira vaga de alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória. No mês passado, o ministro da Educação disse esperar que, deste grupo, metade se inscrevesse nos cursos profissionais. Não há ainda dados sobre o número de alunos matriculados no secundário, naqueles cursos ou nos do ensino regular. A polémica, no entanto, promete continuar. Ainda esta semana o dirigente da Federação Nacional de Educação, João Dias da Silva, considerou que o alargamento da escolaridade devia ter sido acompanhada de um maior leque de ofertas formativas "apetecíveis e reconhecidas pela sociedade".



Menos escolas e mais mega-agrupamentos

Apesar de ter enfrentado a contestação de representantes de sindicatos de professores, de direcções de escolas e de diversas autarquias, o Governo consegue iniciar as aulas com mais 150 mega-agrupamentos. Alguns, embora poucos, têm mais de 4000 alunos e valerão ao Ministério da Educação e Ciência as críticas de muitos, que consideraram a medida economicista. O processo de agregação de escolas, que contrapõe o Governo, "é racional, adequado", vai continuar, devendo estar concluído antes do início do próximo ano lectivo.

Paralelamente, o ministério encerrou 239 escolas do 1.º ciclo, cujos alunos ingressam esta semana em centros escolares ou noutros estabelecimentos de ensino. Também neste caso o processo não está encerrado.

Multas para os pais dos alunos faltosos

Com o novo Estatuto do Aluno, os pais dos alunos passam a ser responsabilizados pelos comportamentos dos filhos e podem ser punidos com coimas que podem ir dos 13 aos 79 euros. Estas serão aplicadas em situação de falta de cumprimento "consciente e reiterado" a um conjunto de deveres, e "à recusa, não-comparência ou ineficácia

das acções de capacitação parental". Os deveres do aluno incluem estudar, respeitar a autoridade e instruções dos professores e pessoal não-docente, tratar com respeito e correcção qualquer membro da comunidade educativa e respeitar a integridade física e psicológica de todos. Não é permitido usarem equipamentos tecnológicos, como telemóveis, nos locais onde decorram aulas, ou captar sons ou imagens sem autorização dos professores.



Duração das aulas pode variar dentro de certos limites

Na prática, talvez pouco mude, este ano lectivo, mas, se as direcções das escolas assim entendessem, já poderiam proceder a mudanças na duração das aulas. Isto porque caiu a obrigatoriedade de organizar os horários de acordo com tempos lectivos de 45 minutos ou de seus múltiplos. Por esta altura, as escolas já decidiram se mantêm os blocos de 45 e de 90 minutos ou se optam por aulas de 50 ou 60 minutos, por exemplo. Terão sempre de respeitar os limites estabelecidos pelo ministério no que respeita ao tempo mínimo por disciplina e ao máximo por carga curricular.



“
Vai haver exames em mais disciplinas, com maior nível de clareza, exigência e rigor

Nuno Crato
Ministro da Educação e Ciência



Mais alunos por turma, menos opções

O aumento do número máximo de alunos por turma, que passou de 28 para 30 do 5.º ao 12.º ano de escolaridade, já teve consequências na redução do número de professores contratados e no aumento daqueles que ficaram sem actividade lectiva. Os representantes sindicais e dos pais estão convencidos de que, ao contrário do que argumenta o Ministério da Educação, aquela medida se reflectirá também na qualidade de ensino. Certo é que o aumento do limite mínimo de 10 para 20 alunos para a abertura de uma turma pôs fim a muitas disciplinas de opção. Algumas escolas ainda decidiram pedir a autorização da tutela para beneficiarem de um regime de excepção, mas a maior parte optou por reduzir a oferta. O ministério insiste que o número médio de alunos por turma em Portugal está abaixo da média da OCDE.

Exames a Português e Matemática no 4.º

Este ano, os alunos do 4.º ano de escolaridade já farão exames nacionais às disciplinas de Matemática e de Português, que terão um peso de 25% na nota final, devendo esta ponderação saltar, nos anos seguintes, para os 30%. Há dois dias, em entrevista ao semanário Sol, o ministro explicou que aqueles serão feitos no início do terceiro período e que os alunos que não tiverem sucesso serão apoiados e, depois, reavaliados. A existência de provas finais de fim de ciclo não são surpresa — faziam parte do programa do Governo e já foram aplicadas em Junho passado aos alunos do 6.º ano. Num caso e noutro desaparecem as provas de aferição, que não contavam para nota.



Acaba estudo acompanhado e área de projecto

A pesar de haver outras mudanças, a maior alteração no currículo dos alunos, com a redução da carga

horária, é o desaparecimento das chamadas áreas curriculares não-disciplinares como Área de projecto e Estudo Acompanhado. Entre as novidades estão ainda a obrigatoriedade do Inglês a partir do 5.º ano e o reforço da carga horária do Português no 12.º ano e das disciplinas de História, Geografia, Ciências Naturais e Físico-Química, no 3.º

ciclo. No 2.º ciclo, a disciplina de Educação Visual e Tecnológica desaparece e dá lugar a duas disciplinas, cada uma com um só professor. No 5.º e 6.º anos a oferta do Apoio Diário ao Estudo é obrigatória para as escolas. Os estudantes a quem ele é dirigido serão escolhidos pelo Conselho de Turma. **Graça Barbosa Ribeiro**



Entrecôte
é exclusivo.
O vale é Público.

Le Mercredi da Brasserie.

Todas as 3ª feiras, a partir de 4 de setembro,
recorte o cupão da contracapa e receba um Entrecôte à 4ª feira.

Entre 4 e 25 de setembro, compre o Público à 3ª feira, recorte o cupão da contracapa e apresente-o no La Brasserie de L'Entrecôte em qualquer 4ª feira de setembro.
Vale um Entrecôte com batata frita e Salada de alface e rúcula (a Salada de salmão não está incluída na oferta), desde que venha acompanhado e o seu acompanhante peça também um Entrecôte, este prato tem de ser pago. Válido até 26 de setembro.



LA BRASSERIE DE L'ENTRECÔTE

www.brasserieentrecote.pt

Chiado • Parque das Nações • Marina Cascais • Foz do Douro



REGRESSO À ESCOLA

Professores Quatro relatos de uma classe profissional pressionada pela incerteza e pelo desemprego

ADELAIDE CARNEIRO



ADRIANO MIRANDA

Ricardo, 33 anos, desempregado, à espera que morra a esperança

Não estranhem se me rir. Faço por rir, porque os meus filhos andam por aqui e pressentem tudo. Pedem-me para jogar à bola, para me sentar no chão a brincar, e eu faço por sorrir. Valha-nos isso - eles não entenderem. Principalmente o que pensam as pessoas que acham que somos dois irresponsáveis por sermos professores a contrato e, mesmo assim, termos tido estes filhos, sem pensarmos que um dia podia acontecer o que agora aconteceu: ficarmos os dois desempregados.

O mais esquisito é que isso nos embaraça. Como se tivéssemos falhado - aos filhos que nos achámos no direito de ter; aos nossos pais, que investiram nos cursos que fizemos; aos irmãos, para quem passámos a ser uma preocupação; e até aos amigos que necessariamente falam de nós: "Os dois desempregados, como é que vai ser?"

Acho que não, não fomos irresponsáveis. Estávamos apenas a ensinar, que era o que gostávamos de fazer, e nunca pensámos que as coisas ficassem tão difíceis. Damos aulas há dez anos, casámos há oito e temos estes dois rapazes, um de quatro, outro de dois anos. Pedimos um empréstimo para comprarmos um T3 usado num terceiro andar sem elevador - e pron-

to, estes foram os nossos luxos.

Ainda conseguimos poupar para um pé-de-meia, que é a única coisa que nos permite respirar desde que vimos a lista dos professores contratados e percebemos que estávamos na outra, dos desempregados. Eu dou aulas de EVT, a minha mulher ao 1.º ciclo. Damos, quer dizer: dá-vamos. Eu não vou conseguir voltar a dar aulas - tenho a certeza, apesar de ainda não ter conseguido matar completamente a esperança, que é o que me provoca este nó na garganta.

Custa-me falar nisto. Mas se tiver sido o último ano - e acho mesmo que foi - acabei a carreira na escola em que estudei e em que percebi que queria ser professor de Trabalhos Manuais, graças a outro professor que agora é o director dessa escola e que não se lembrava da minha cara, mas reconheceu o boneco de madeira articulado que fiz nas suas aulas, tinha eu uns dez anos. 'Eh, pá! Guardaste isso?' Pois guardei.

Já fomos ao centro de emprego e agora temos de decidir o que fazer. Trabalhar num escritório, na caixa de supermercado, abrir um negócio? Nem quero acreditar que não vou ser professor. Tenho de decidir, mas primeiro tenho de deixar morrer a esperança que, para já, não me deixa pensar.

Acho que não, não fomos irresponsáveis. Estávamos apenas a ensinar, que era o que gostávamos de fazer, e nunca pensámos que as coisas ficassem tão difíceis

Cristina, 47 anos, professora a tempo inteiro, mas com horário zero

Costumo dizer que o lugar dos problemas é debaixo do tapete, que fica do lado de dentro quando saio de casa e do lado de fora quando entro nela. Mas às vezes tenho quebras, claro, e a minha filha, que está a entrar na universidade diz: 'Oh, esquece a escola! Daqui a três anos já tenho o curso e posso trabalhar e ganhar dinheiro para ti!'

Rimos as duas. E, por causa do riso, fico a pensar que tenho muita sorte por os ter, a ela e ao meu marido. Os meus colegas que também ficaram com 'horário zero' e que viviam principalmente para a escola ou até mesmo só para a escola - e acreditem que há gente assim - estão doentes de tanto desalento.

Não é o dinheiro. É termos 20 anos de serviço, saber e tarimba e sentirmos que não há lugar para nós. É vermos os colegas a queixarem-se de que têm muitas turmas e muitos alunos e nós não termos. É sabermos que eles têm razão para se queixarem e sentirmos que, apesar disso, preferíamos estar no lugar deles.

No ano passado, estive a dar aulas em Coimbra, mas, por causa das tais medidas (a revisão curricular, as turmas maiores, etc.), fiquei sem alunos e puseram-me em concurso para destacamento por ausência da com-

ponente lectiva. O problema é que, quando no ministério se foi ver, em Agosto éramos milhares a ganhar sem fazer nada. Tantos que até podíamos encher a Avenida da Liberdade, em Lisboa, e isso é que não - não é?

Toca, então, de mandar aos directores uma circular a dizer que afinal era para nos tirarem do concurso e para nos ocuparem com qualquer coisinha. Foi o que fez a direcção da escola onde eu estou efectiva, em Montemor-o-Velho. Isto já era mau, mas o pior é que entretanto surgiu uma vaga na escola de Coimbra, mas como eu já tinha sido "repscada" para não fazer nada em Montemor, essa vaga não foi ocupada por mim, mas por outra colega menos graduada. Faz sentido? Pois não.

Ao menos que fosse a bem do país, que não é. O Governo não poupa dinheiro, paga-nos o mesmo. Só que é para desenvolvermos "iniciativas de prevenção do abandono e de promoção do sucesso escolar", coisa que ninguém sabe o que é. O que, de qualquer maneira, tem pouca importância. Ainda que soubéssemos, ficávamos na mesma, já que o Governo puxa em sentido contrário - compromete o sucesso e promove o abandono escolar, que é o que acontece quando se fecham professores esgotados em salas a abarrotar.

Não é o dinheiro. É termos 20 anos de serviço, saber e tarimba e sentirmos que não há lugar para nós. É vermos os colegas a queixarem-se de que têm muitas turmas e muitos alunos e nós não termos



CARLA ROSADO



MELANIE MAPS

Conceição, 58 anos, em fim de carreira e, apesar de tudo, sem direito à queixa

Em Julho chorei com colegas e amigos de uma vida que ficaram com horário zero; agora angustio-me com os professores que orientei em estágio e que ficaram sem trabalho. Por isso, só posso dizer que não tenho direito à queixa. Mesmo em relação ao congelamento da carreira e ao corte do vencimento e dos subsídios – não tenho, porque há quem esteja pior. Mas tenho o direito à palavra, claro, e digo que, com isto tudo, só por milagre a qualidade da escola não continuará a baixar.

Não estamos a assistir a uma revolução, não é uma desgraça que agora se abateu sobre nós. É mais uma fase num processo de degradação que começou há uns sete anos, com a destruição da imagem do professor. São estes professores que este ano são apanhados no cruzamento de uma série de factores que tornam mais difícil a sua missão, que – às vezes parece que alguns se esquecem – é ensinar.

Quem tem uma turma com 30 alunos não pode dar atenção a todos, em geral, e a cada um em particular; quem tem seis turmas não consegue acompanhar 180 projectos de investigação ou levar para casa 180 trabalhos para corrigir. Não consegue. E isso sabe quem dá aulas, por muito

que ilustres comentadores que nunca puseram os pés numa sala cheia de adolescentes nos garantam que nos séculos XVIII e XIX os grandes pedagogos ensinavam com inquestionável sucesso grupos de cem estudantes ou mais.

Some-se às turmas de 30 alunos o ensino obrigatório, que fará com que, daqueles 30, alguns não queiram estar na escola. Conte-se com a degradação da autoridade do professor, que contribui para o aumento da indisciplina. E adicione-se o agravamento da crise, que nos últimos anos já tem feito com que, muitas vezes, os professores se reúnam para comprar os manuais que os alunos levam para a sala e até cabazes de alimentos que lhes fazem chegar a casa. Por fim, juntem-se a todos estes factores a diminuição do tempo destinado às direcções de turma, que já não chegava para cumprir a parte burocrática da função.

Valha, a alguns de nós, este ano trabalharmos em escolas lindas, onde se gastaram milhões. São “carros de grande cilindrada com estofos rotos”, como dizia alguém. E, ainda assim, tenho fé. Nos professores que são competentes e dedicados e também nos alunos. Como é que hei-de explicar? Não se explica, sou optimista. Ainda acredito em milagres.

Não estamos a assistir a uma revolução, não é uma desgraça que agora se abateu sobre nós. É mais uma fase num processo de degradação que começou há uns sete anos, com a destruição da imagem do professor

Paulo, 39 anos, ficará, com sorte, a 600 quilómetros de casa

Devia pensar que tenho muita sorte por ter um horário de 19 horas, mesmo incompleto, porque, eu sei disso, hoje em dia trabalhar é um luxo. Mas, por agora, só consigo pensar que estou a 600 quilómetros de casa, que a minha namorada está lá, sozinha, grávida de seis meses, e que quero assistir ao nascimento da nossa filha – quero e vou assistir, tenho de conseguir, haja o que houver.

Não que isto tenha sido uma surpresa. Concorrer para todo o país, para horários completos e incompletos, foi uma decisão madura, reflectida, tomada a dois. Percebemos que o desemprego ia doer e não podíamos arriscar – principalmente agora, que, aos 39 anos, achámos que não podíamos continuar a adiar esta filha.

Por estar consciente do risco, e apesar de nunca ter ficado a mais de 60 minutos de casa, devia estar mais ou menos preparado para isto, mas não estava. Nem eu nem a minha namorada (que é como quem diz, porque é minha namorada há nove anos, só falta ir à igreja, como lembra o meu pai). Quando vimos a lista de colocações nem queríamos acreditar. No Algarve? Chorámos.

Vejo as notícias e tenho noção de que devíamos estar a pensar que ti-

vemos muita sorte por eu ficar colocado. Afinal só foram contratados sete mil professores e eu sou um deles, não é mau, tenho muita sorte, eu sei, e todos me dizem que sim, que sou um privilegiado. Eu próprio hei-de sentir isso, quando tiver tempo, que por agora só consigo pensar que não é justo.

Nunca fomos esquisitos. A minha namorada tirou o curso de Engenharia Química à noite, a trabalhar ao mesmo tempo, e prescindiu do sonho de trabalhar nessa área, em troca de um emprego seguro. Eu, se todos os anos fiquei colocado, foi porque nunca me armei em esquisito. Este ano não fizemos férias, passámos o Verão a transformar o escritório num quarto para a Leonor e agora devíamos estar juntos, a esperar por ela, porque isso era importante e porque merecíamos, acho eu.

Agora parece a toda gente que isto era previsível, mas não era. Agora tenho de pagar a casa que está a 600 quilómetros da outra casa que vou ter de arrendar, e tenho de acabar de pagar o carro, que não me serve de muito, porque não vou ganhar para as viagens. Acho que não merecia. Apesar de ter muita sorte, eu sei.

Graça Barbosa Ribeiro, a partir de entrevistas com os quatro professores

Só foram contratados sete mil professores e eu sou um deles, não é mau, tenho muita sorte, eu sei, e todos me dizem que sim, que sou um privilegiado. Eu próprio hei-de sentir isso, quando tiver tempo

REGRESSO À ESCOLA

Em 20 anos, a escola democratizou-se, mas não venceu o insucesso

A escola passou a ser para todos, mas continua presa a um modelo pensado para as elites. O insucesso e a autonomia são problemas com mais de 20 anos ainda à espera de solução

Natália Faria

Em Setembro de 1992, o então ministro da Educação, Couto dos Santos, assinalava a abertura do arranque do ano escolar numa escola acabada de construir em Matosinhos, ao mesmo tempo que o primeiro-ministro, Cavaco Silva, confirmava o fecho de cerca de mil das 1500 escolas com menos de dez alunos. Então como agora, o país debatia-se com o insucesso escolar e, no mesmo mês, o Governo anunciava o investimento de 150 mil contos anuais num programa de combate às elevadíssimas taxas de abandono precoce, que rondavam os 50%.

Vinte anos volvidos, essa taxa reduziu-se a 23%, e a frequência do secundário aumentou de 40% para 70%, mas o ensino melhorou? “Melhorou imenso e democratizou-se”, aponta o catedrático Joaquim Azevedo, que, em 1992, era secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário. “Mas”, acrescenta, “continuou preso a um modelo de educação que foi pensado para as elites, e que ajuda a explicar a manutenção dos elevados níveis de insucesso”, e, além disso, deixou escapar duas oportunidades importantes: “A autonomia das escolas e a formação de adultos.”

David Justino, um dos 12 ministros que passaram pela Educação desde 1992, também considera que os ganhos obtidos nas últimas décadas podem ficar hipotecados se a escola não for capaz de pensar “uma estratégia de desenvolvimento para o futuro”. “A lei de bases do sistema educativo”, concretiza o ex-ministro do PSD, “tem 25 anos e o mundo já não é o mesmo. Era preciso revê-la.”

Reconhecendo embora o caminho

percorrido, por exemplo em termos de alargamento do pré-escolar e do ensino superior, o professor Santana Castilho sustenta que os alunos têm pior escola pública hoje. “As condições de trabalho nas escolas e de exercício da profissão por parte dos professores degradaram-se e entraram num estado absolutamente calamitoso. Hoje, o professor não tem liberdade intelectual”, acusa o autor de vários artigos sobre gestão escolar e política educativa.

Universidades sem controlo

Uma comparação grosseira dos principais indicadores ilustra bem a evolução do país. Veja-se a taxa real de escolarização, ou seja, a relação percentual entre a população escolar e a população residente para cada idade. Em 1992, essa taxa era de 65,5% no 3.º ciclo do básico. Em 2011, estava nos 90%, segundo a base de dados Pordata. Já no pré-escolar aumentou de 52% para 84%. Do mesmo modo, a duração média da pré-escolarização passou de 1,6 para os actuais 2,5 anos.

No outro extremo da escala, o superior foi o nível que mais se alterou. Há 20 anos, havia 218,3 mil portugueses inscritos nesse nível de ensino. Em 2011 eram já 396,2 mil. Os últimos Censos apontam a existência de 1,3 milhões de portugueses com ensino superior completo, ou seja, cerca de 12% da população - dez anos havia pouco mais de 674 mil portugueses com “canudo”.

Recuemos então a 1992, o ano em que foi declarada a morte à PGA, para ouvir o primeiro-ministro, Cavaco Silva, anunciar o aumento das propinas para se “repor a justiça social no ensino superior e fazer com que fossem os ricos a pagá-lo”. Na altura, e num ano em que o salário mínimo

era 44.500 escudos (376 euros a preços de hoje), o mínimo que se pagava em propinas num ano era 30 contos (253 euros a preços constantes). Hoje, o salário mínimo é 485 euros. E as propinas numa universidade pública oscilam entre os 950 e os mil e poucos euros.

Mas o problema não está aí. Para Castilho, o problema está em que “as escolas do ensino superior nasceram por toda a parte, mas a qualidade de muitas delas fica aquém do desejável, porque o Estado se demitiu do seu papel de fiscalização e supervisão”.

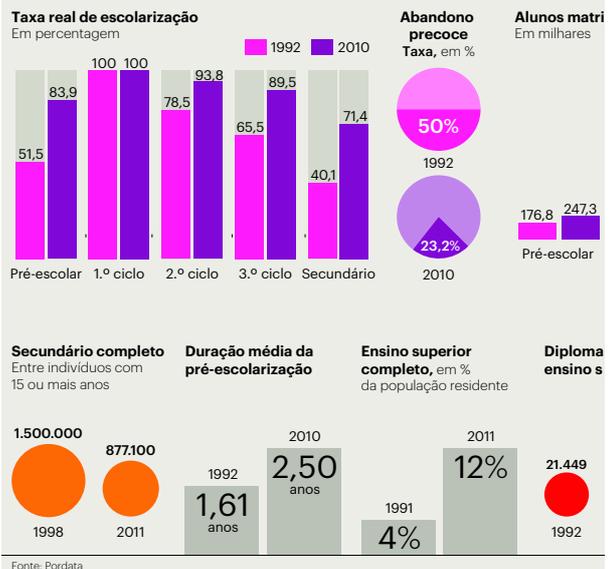
Ensino “preso” às elites

No que medeia o pré-escolar e o superior, os passos também foram de gigante. Os Censos de 2011 mostram um país em que a taxa de escolarização no 1.º ciclo se mantém nos 100% desde 1980/81. Nos 2.º e 3.º ciclos, as taxas são de 94% e 90%, respectivamente. No secundário, a taxa de escolarização é de 71%. Conclusão: a escola democratizou-se. “Em termos de acesso, demos passos gigantescos, temos todos no sistema e isso é um bem inestimável, o problema é que a escola continua a seguir um modelo pensado para uma elite”, aponta Joaquim Azevedo, explicando assim a principal razão por trás do insucesso escolar.

Em 2009/2010, 43% dos jovens com 15 anos permaneciam no básico, quando o secundário seria o nível adequado a esta faixa etária, ou seja, somavam uma ou mais retenções.

Contra estes “gigantescos níveis de insucesso, mais graves ainda no secundário”, a obrigatoriedade da escola até aos 18 anos ou 12.º ano nada pode, segundo Azevedo. “De que adianta declarar a escolaridade obrigatória se depois temos esta enorme dificuldade em conseguir

O que mudou na Educação nos últimos 20 anos

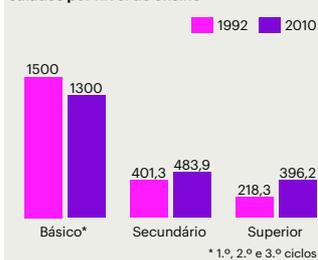


que os jovens tenham sucesso?”

Menos feliz foi a aposta na formação de adultos. A população sem qualquer nível de ensino correspondia a 29% em 1991, e, vinte anos depois, está nos 19%. “Além de todos os fundos comunitários, houve a iniciativa Novas Oportunidades, que despertou uma imensa adesão na sociedade portuguesa, com perto de um milhão de pessoas inscritas, e isso constituiu uma oportunidade para muita gente, mas simultaneamente foi uma oportunidade perdida em termos de efectiva formação de adultos”, considera Azevedo.

No tocante às escolas - eram 3725 em 1992, são 3632 em 2011, isto é, as escolas do 1.º ciclo reduziram-se a metade, mas essa perda foi compensada com novas aberturas nos níveis seguintes -, o problema continua a ser a falta de autonomia. Curiosamente, a palavra já fazia parte do léxico governamental há 20 anos. Foi em nome dela que Couto dos Santos avançou, em 1992, com a figura do director executivo. Porém, a teoria continua sem prática. “Continua a haver um controlo desmedido sobre as escolas e uma desresponsabilização sobre os seus resultados”, lamenta.

Alunos matriculados por nível de ensino



Professores em exercício



Couto dos Santos (à esquerda) e Joaquim Azevedo, durante a cerimónia de posse do Conselho Nacional de Educação, em 1995

Se não entender de David Justino há vitórias a assinalar em termos de "racionalização do sistema educativo", Castilho vê nos actuais megagrupoamentos "uma coisa de loucos que obriga muitos professores a terem de se deslocar a dez escolas diferentes para cumprirem o seu horário". Diz Castilho: "Poupamos nos professores, mas gastamos no transporte - e neste momento a dívida às autarquias por causa dos transportes escolares está nos 60 milhões. Por outro lado, o megadirector do megagrupoamento acabou com a gestão humanizada das escolas." Cá está de novo o problema de falta de autonomia. "Em 1992, cada escola tinha um conselho pedagógico e um conselho directivo eleitos, hoje existem unidades de gestão nas quais estão agrupadas uma série de escolas e que ninguém conhece muito bem."

Acabar com os remedeios
E quanto ao futuro da escola? "O grande desafio continua a ser encontrar uma estratégia de desenvolvimento", aponta David Justino,

para ressaltar que tal estratégia dispensa pactos de regime, mas os seus objectivos terão de ser consensualizados "e não fruto da acção de um iluminado". Em concreto: "Alguns dos conteúdos curriculares têm 20 anos. A actual lei de bases tem 25 anos, veja-se o que o mundo mudou em 25 anos - ainda havia Muro de Berlim. Isso devia obrigar-nos a reorientar paradigmas, definir o que se quer fazer da Educação, não em termos de remedeios, mas para 2030 ou 2040."

Com revisão da lei de bases ou não, o importante é, para Joaquim Azevedo, pôr o país a pensar na escola que quer. "Construir sucesso escolar com este drama e com esta riqueza que temos, que é ter toda a sociedade dentro da escola, é o maior desafio. Vencê-lo exige diferentes tipos de ensino, diferentes modalidades, diferentes ritmos." Ora, "do mesmo modo que nenhum ministro da Justiça se põe a dizer como se julga um caso em tribunal, nenhum ministro da Educação deve pôr-se a dizer a um professor como se educa uma criança ou um jovem". Traduzindo: "Os professores e as escolas têm de ter autonomia para decidir, à medida da sua realidade." Sob pena de estarmos daqui a 20 anos ainda a escrutinar as razões do insucesso escolar.



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA
ISGB - THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Pós-Graduações em 2012/2013

- Curso Avançado de Gestão Bancária (200 horas)
- Gestão Bancária (187 horas) **Lisboa e Porto**
- Investimentos e Mercados Financeiros (177 horas)
- Alta Performance nas Vendas (186 horas)
- Marketing Digital na Banca (186 horas)
- Compliance (184 horas)
- Auditoria Financeira e de Sistemas de Informação (210 horas)
- Business Intelligence no Sector Financeiro (144 horas)



Obs. - As Pós-Graduações não conferem grau académico pelo que "não têm reconhecimento oficial". Conferem, contudo, créditos ECTS a todas as unidades curriculares.

Candidaturas Abertas

Informações
Av. 5 de Outubro, 164, 1069-198 Lisboa
Tel.: 217 916 258 | Fax: 217 972 917 | e-mail: m.guedes@isgb.pt

www.isgb.pt

Conhece um automóvel que ande sem gastar combustível?



Se não conhece um automóvel com tecnologia tão avançada que ande sem consumir combustível, conheça um sistema telefónico sem custos de consumo de tráfego de chamadas. Tenha grandes economias mensais, por fazer chamadas dos telemóveis e telefones fixos, sem custos para as redes fixas e móveis de Portugal e de todo o Mundo. Tudo isto sem encargo com mensalidade de aluguer com a linha. Tenha uma licença gratuita, usando a avançada tecnologia UCiP-Comunicações Unificadas sobre IP, combinada com RDIS sobre Banda Larga.



Informe-se já:

Serviço de Atendimento a Clientes
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

* Compatível com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.